

# **Filosofia da Linguagem e sua relação com as Ciências Sociais**

**Aluno: Jaber Camara da Silva**  
**Orientador: Danilo Marcondes de Souza Filho**

## **Introdução**

O presente trabalho compreende a fase preliminar da pesquisa, tendo esta se iniciado a partir da leitura de dois livros que contextualizam o cenário em que a Filosofia da Linguagem encontra-se inserida, seguindo-se de encontros com o orientador para discutir o conteúdo apreendido. Dentro do cenário filosófico as investigações acerca do pensamento, apresentam-se de uma maneira um tanto quanto problemática, por conta do seu caráter abstrato. A fim de se evitar esse obstáculo, surge a linguagem como objeto lógico, substituindo o pensamento enquanto objeto de análise das investigações. O pensamento passa a ser examinado através da análise da linguagem, é por meio dela que ele pode ser comunicado. Discussões acerca da consciência e seus estados; da atividade e visão mental, cederam lugar a discussões “de caráter intersubjetivo, comunicável, mas por sua vez tampouco redutível a impressões sensíveis ou representações mentais.”

Muitos pensadores propuseram buscar uma aplicação mais eficaz do método filosófico, por este necessitar de uma formulação mais precisa da noção de linguagem. A análise da linguagem surge, portanto, como instrumento de nossa investigação. Tendo isso em mente, muitos pensadores se destacaram. Entre eles, Marcondes distingue alguns, como Austin, que por sua vez aponta que quando investigamos o que é dito, dentro de um contexto determinado, estamos, de fato, não só analisando o conteúdo daquilo que é dito (ou seja, o significado de nossas palavras), mas também estamos analisando aquilo que é dito sobre a realidade, que por sua vez é inerente ao que nos referimos. Desta forma, desenvolvemos uma percepção mais acurada, no que diz respeito à linguagem, para que possamos tentar formular uma compreensão à cerca dos significados de conceitos que nos apresentam como “problemáticos”.

Além disso, quando analisamos a linguagem, estamos analisando também a sociedade à qual ela pertence, pois estão implícitos nesta linguagem a estrutura cultural desta sociedade, suas crenças, seus costumes, seus hábitos, seus conceitos pré-estabelecidos, seus valores, enfim seu funcionamento.

É somente por meio da linguagem que podemos agir, é através dela que formamos a realidade. As impressões sensíveis adquiridas por nós, só se tornam percepções (entenda-se aqui percepção como dar a conhecer tais impressões), porque a linguagem funciona como processador de impressões, onde a partir dela concedemos sentido a tais impressões, demilitando a nossa área de compreensão e possibilidades de atuação no mundo.

## **Teorias da Linguagem**

Só é possível conceber significado à nossas ações por elas estarem inseridas num sistema complexo, de diferentes convenções, como concebido por outro pensador apontado por Marcondes: Wittgenstein. Estas convenções formam estruturas chamadas por ele (Wittgenstein) de “jogos de linguagem”. Tais jogos são formações que envolvem a linguagem e a ação em circunstâncias regidas por regras que delimitam a possibilidade de atuação dentro

destes jogos. O principal objeto de sua análise é o uso lingüístico das ações dentro dessas circunstâncias e suas “condições de sucesso”.

Outro pensador também citado por Marcondes é Habermas, sua “teoria da competência comunicativa” concentra-se exatamente na relação entre a ação e a regra. Sob que condições, definidas por esta relação, situações de discurso são possíveis? A partir desta questão ele traça os seguintes parâmetros:

“A noção de *situação ideal de discurso* é condição de possibilidade de todo discurso que visa um fim mais ou menos específico ou preestabelecido. A característica definidora da noção de situação ideal de discurso é a *intersubjetividade*: a idéia de que o uso da linguagem, consistindo em um ato de entendimento mútuo, pode levar a um acordo bem fundamentado, ao qual se chega através do diálogo, pois tem sempre a possibilidade de retornar o discurso. O paradigma de toda situação possível de discurso é o diálogo. A possibilidade de questionar é inerente a todo uso da linguagem. A necessidade de validação, explicação e justificação se encontra em todas as formas de discurso, variando de acordo com os diferentes contextos e usos da linguagem. Deve haver sempre a possibilidade de se reinterpretar não só o que é dito, mas a própria situação de fala, como condição para a eficácia da natureza cooperativa do discurso, isto é, para a realização da comunicação. A linguagem só pode ser usada eficazmente para a comunicação se os interlocutores tiverem, em princípio, uma confiança recíproca. A comunicação só é possível sob a presunção de que os falantes, em princípio, falam não apenas de maneira compreensível, mas verdadeira, sincera e legítima. Estes princípios pragmáticos não têm, é claro, como consequência que o falante seja sempre sincero, mas sim que se supõe que ele seja sempre sincero como condição de realização do ato lingüístico. O princípio da sinceridade só pode ser violado se a aparência de sinceridade for mantida, e neste caso o falante é responsável por seu ato, independentemente de suas reais intenções ao realizá-lo.” [1]

Para Habermas, como ainda apontado por Marcondes, a estrutura social é formada por convenções que delimitam o campo de ações, estabelecendo as condições pelas quais visamos algo e escolhemos uma determinada ação, pensando ter feito a melhor escolha possível. A linguagem é o instrumento que utilizamos para isso, sendo esta estrutura a maior responsável por determinar a forma como ela é usada. As convenções que determinam as possibilidades de distribuição dos papéis sociais, não impedem o surgimento de oposições dentro da própria estrutura. Ainda prossegue afirmando que em tais convenções, a estrutura discursiva dispõe sempre da possibilidade de retorno e reinterpretação do discurso, seja ele pertencente ao emissor ou ao receptor. Desta maneira o diálogo torna-se, como aponta o autor, “o paradigma de todo discurso”. Além disso, não é necessário que a consequência de um ato coincida com o fim pretendido pelo agente e mesmo que o agente oriente seu discurso para falsidade, visando o fim pretendido por ele, o receptor pressupõe que o emissor seja sincero como critério, o que pode levar a um autocancelar do emissor, “em sua intenção mesma de manipular, falsificar”, quando penalizado pelo receptor, caso descoberto por ele, como aponta Marcondes.

É determinando sob que condições os atos são realizados, que uma análise crítica torna evidente relações ocultas da linguagem, como sua função ideológica. Nestes casos, um ato comunicacional, que aspira legitimar-se, cria um falso consenso por meio de uma situação distorcida de discurso, graças ao desigual acesso às regras por parte do falante e do ouvinte. Mas obviamente o efeito ideológico é implícito e indireto, só sendo produzido se for mantida uma aparência de comunicação, onde a diferença de acesso às regras seja ocultada. Os princípios reguladores, antevistos em cada situação, permitem-nos analisar tais casos quanto a sua validade num processo de “clarificação” e “explicação”, que consiste na busca de uma compreensão não só da essência deste ato, mas também das convenções que permitem realizá-lo. Analisando o caráter ideológico da linguagem encontraremos dois critérios básicos para seu entendimento: “1. Um caráter *diretivo*, determinado por valores e interesses originários de

certa sociedade ou grupo dominante; 2. O fato de que esta *relação* entre a função diretiva e estes valores e interesses específicos é, ao menos em parte, e deve permanecer, *implícita*, para o sucesso completo da função diretiva da linguagem. É importante notar que os falantes não têm, assim, consciência do alcance desta função diretiva nem de sua rede de pressuposições, conseqüências e implicações.” [1]

Conforme, novamente, como apontado por Marcondes, de acordo com a *Teoria dos Atos de Fala* de Austin, é a partir de elementos fundamentais, tais como as crenças, valores, etc., que se determinam os interesses de uma comunidade, originando convenções, que por sua vez, determinam a estratégia a ser usada pela linguagem enquanto ação. Mas de que maneira se dá a atuação destes elementos no que diz respeito ao uso da linguagem? O uso é determinado pelos agentes para a obtenção de um determinado fim, o instrumento utilizado para tanto é a linguagem, tornando o ato de fala num ato *instrumental*. Com a aquisição da linguagem, não adquirimos somente uma língua com seus parâmetros normativos, mas adquirimos também uma pragmática a partir de um sistema de prática e valores, crenças e interesses associados à linguagem. Os elementos formadores deste sistema estão implícitos na linguagem, obscurecendo-a, exigindo que nossa análise concentre-se na natureza dos atos praticados, sobretudo em que condições eles se realizam e de que maneira estas condições se definem. E tratando-se do ato de fala, enquanto ato instrumental, precisamos esclarecer em quais situações e a que se propõem tais atos, evidenciando seus efeitos e conseqüências, ou seja, sobre que pressupostos as convenções que regem estes atos se assentam, estabelecendo relações entre os agentes.

Embora um ato de fala possa ter propósitos predeterminados, o emissor nunca pode se assegurar de possuir total controle sobre os efeitos de seu ato, podendo o resultado não coincidir com seus interesses e intenções aparentes. Já entre os atos de fala indiretos, a intenção é manifestada de maneira implícita, mas espera-se que esta intenção seja reconhecida sem maiores impedimentos. Contudo, como já vimos antes, atos de fala ideológicos são atos de manipulação e só atingem o êxito mediante o não-reconhecimento dos seus propósitos enquanto tal.

Segundo nos indica Marcondes, Austin num primeiro momento de sua teoria, “faz uma distinção entre enunciados *constatativos* (usados para descrever, *dizer* algo) e os *performativos* (através dos quais algo é *feito*)”. Essa distinção não parece ser suficientemente eficaz, pois “os enunciados performativos podem ser generalizados e estendidos a todos os usos da linguagem”, por exemplo, quando usamos um enunciado constatativo para descrever algo, uma afirmação sobre aquilo que está sendo descrito pode estar implícito em tal enunciado. Diante disto, Austin faz uma nova definição, onde “ao invés de dividi-los, ele passa a tratá-los como um todo”. Então apenas para caráter de análise, ele passa a classificá-los, a partir de sua estrutura, como *atos*, especificamente: *ato locucionário*, referente a uma determinada língua, “com todas as suas convenções, regras (fonéticas, sintáticas e semânticas) e com sua função de predicar, referir, etc.”; *ato ilocucionário*, que é o próprio ato em si, praticado tendo em mente um fim determinado; e o *ato perlocucionário*, “que é o resultado não convencional de certo ato ilocucionário”.

“Em sua análise dos atos lingüísticos, Austin distingue dois elementos constitutivos: significado, atribuído à esfera do ato locucionário, sendo, por conseguinte, um elemento essencialmente lingüístico; e força ilocucionária, formadora do núcleo do ato ilocucionário, sendo assim um dos elementos centrais para a compreensão da linguagem como ação.” [1]

O ato ilocucionário, “vai além da esfera do lingüístico”, sua condição de possibilidade é determinada por convenções e regras sociais, onde *dizer* só se torna *agir* se as condições previstas para um determinado contexto sejam atendidas, por exemplo, quando emitimos uma ordem, só podemos esperar que a acatem se as condições deste contexto forem satisfeitas, como no caso de uma ordem emitida por um chefe a algum funcionário, onde se espera o

acatamento de tal ordem, acatamento que está implícito na própria ordem dada. Embora o funcionário possa declinar tal ordem, ele o fará sob pena de ser repreendido ou até demitido.

Portanto “o sujeito lingüístico deve ser compreendido como parte e produto de um processo social”, produto por ser a soma de diferentes fatores que o influenciam, mas ainda sim parte, por ser ele também um fator de influência, dentro deste processo.

“Basicamente, encontramos duas posições ou correntes (que de modo algum se excluem): em primeiro lugar temos uma tentativa de formulação de uma teoria da linguagem que possa explicar o significado das orações em termos de seu valor de verdade; em segundo lugar encontra-se uma análise do significado em termos da recuperação da intenção do falante.” [1]

### **Uma Disciplina Social**

Estas questões vêm sendo colocadas pela Filosofia ao longo dos anos, sem a pretensão de formular um conhecimento a cerca do real, como faz a ciência e o seu método empírico. De acordo com Winch, embora assumir uma posição anticientífica não seja de interesse da Filosofia – pelo contrário, é uma postura desnecessária e até mesmo não filosófica – é necessário nos mantermos atentos quanto às “pretensões extracientíficas” da ciência. Para tanto precisamos ter uma idéia bem distinta de filosofia e de sociologia, não obstante, esta não é uma tarefa simples, visto que estas duas áreas estão divididas de maneira muito tênue, ele reforça isso quando afirma que “qualquer estudo de algum valor sobre a sociedade tem que ter caráter filosófico, e qualquer filosofia de algum valor tem que ter relação com a natureza da sociedade humana” [2].

Uma disciplina, só pode se distinguir das demais, “sendo uma coisa e não outra”, a partir do momento em que, acima de tudo, adquire seus próprios objetos de estudo e hipóteses previamente aceitas. Winch sustenta a idéia de que existem aqueles que defendem que a Filosofia não possui tais atributos, esta concepção se embasa no argumento de que os objetos da Filosofia lhe são trazidos de outras áreas, como por exemplo, dizer que os problemas da filosofia da ciência pertencem à ciência e são trazidos por ela até a filosofia. Esta postura visa confinar a Filosofia à posição de “ajudante de obras”, onde sua função é a de livrar o terreno da investigação, de uma dada disciplina, do amontoado de entulho formado por confusões e equívocos, muitos deles surgidos da má compreensão de conceitos. Porém a Filosofia possui problemas próprios para apresentar, como os epistemológicos e os metafísicos, embora hajam, como constata Winch, escritores que sugerem, não de maneira tão admissível, “que estes problemas são respectivamente, as filosofias da ciência e da psicologia disfarçadas”. Eles sugerem ainda que “os problemas levantados pela metafísica e pela epistemologia, são ilegítimos e não pertencem a nenhuma disciplina respeitável” [2].

Isso se deve principalmente aos protestos gerados pela concepção do filósofo como “cientista-mor”, concepção que gerou em alguns a idéia de que a filosofia pretende rivalizar com a ciência, construindo e refutando teorias científicas através de juízos a priori. Mesmo não sendo tão grande assim a distância entre o cientista e o filósofo e embora muitas vezes seus objetivos convirjam, seus focos e os métodos que utilizam são bastante distintos, havendo espaço suficiente para o exercício de ambos. Pois, ao passo que o cientista investiga a natureza a partir de processos particulares, observando suas *causas* e seus *efeitos*, o filósofo a investiga por meio da realidade como “tal e em geral”. Além disso, todo e qualquer objeto pode ser de interesse da filosofia, uma vez que esta não tem uma área de investigação determinada, porém a filosofia não se propõe a ser uma mera ferramenta para remover obstáculos. Todo questionamento proposto por ela, parte mais de dentro da própria, do que da área de investigação ligada diretamente à questão, visando um acréscimo à compreensão filosófica do que diz respeito ao conceito de inteligibilidade. A relação do filósofo com a realidade ultrapassa o âmbito científico por lidar com problemas conceituais que não podem

ser solucionados por métodos experimentais, por estes últimos trazerem implícitos consigo a aceitação de exemplos particulares como sendo *reais*.

Numerosas questões filosóficas surgem a partir de problemas lingüísticos relacionados ao uso correto de determinado conceito, mas a maioria delas pode ser solucionada pela eliminação de confusões, porém nem todas estas confusões são relevantes para o filósofo, assim como não é primordialmente do seu interesse o uso correto da linguagem enquanto tal. Todavia, é a partir da análise destas confusões que elucidamos até que ponto podemos apreender a inteligibilidade da realidade, questão que por sua vez é inerente à relação entre pensamento e realidade. Quando questionamos a respeito da inteligibilidade do real, estamos questionando também de que maneira a linguagem se associa com a realidade.

Com o passar do tempo, percebeu-se que a partir do processo, pelo qual, descrevermos o mundo, surgem “excentricidades da linguagem”, responsáveis por gerarem muitos problemas, que já foram considerados insuperáveis. É a linguagem que estabelece os limites daquilo que no mundo pode se tornar inteligível para nós, ou seja, os limites de cada um para realidade. Quando discutimos sobre a forma com a qual experienciamos o mundo, estamos discutindo também sobre os conceitos que estabelecem para nós, por meio da linguagem, o que entendemos por “mundo”. Quando estes conceitos mudam, nossa idéia, nosso conceito de mundo, também muda.

A partir da análise feita por Winch, podemos traçar um paralelo, onde legitimamos a epistemologia e a metafísica, enquanto objetos de estudo propriamente filosóficos. Elas se firmam como as duas principais correntes da filosofia, a partir das quais se estabelecem relações com outras disciplinas, conseqüentemente, dando origem a outras vertentes, chamadas por ele de “periféricas”, pois a questão primordial, para a filosofia, gira entorno da inteligibilidade da realidade, o que nos leva ao seguinte ponto: o que entendemos por inteligibilidade? Compreender é, dentro de um contexto determinado, satisfazer-se com as impressões recebidas, encontrar um sentido, uma certeza que justifique mais do que a ação, uma certeza que possa justificar o próprio contexto. Com isso podemos concluir que o que entendemos por compreensão, pode diferir largamente de contexto para contexto. Porém no momento em que comparamos esses contextos a noção de inteligibilidade se torna contraditória, pois tal noção só pode ser atingida em contextos específicos e uma análise comparativa, destes contextos, revela que não podemos atingir uma inteligibilidade neste caso, pelo resultado apreendido ser incansavelmente abstrato.

Todos têm sua própria maneira de tornar o mundo mais inteligível, e os objetivos de cada um pressupõe uma ou mais atividades distintas, possuidoras de uma compreensão e inteligibilidade próprias. Porém, devemos deixar claro que a filosofia preocupa-se muito mais em desvendar as condições a serem cumpridas, para que seja possível estabelecerem-se critérios de inteligibilidade, do que apontar quais são esses critérios. Porém também somos levados à outra questão: que diferença esperamos atingir com a compreensão destes problemas? Provavelmente não encontraremos uma resposta suficientemente clara a respeito disso e que escape à própria circularidade do problema, embora nos interesse saber que influências uma compreensão pode exercer sobre o comportamento humano, pois, “as relações sociais são expressões de idéias sobre a realidade”, o que envolve, portanto, que analisemos e busquemos clarificar o conceito de ‘sociedade’.

Uma palavra só pode vir a significar algo porque ela nos foi definida, mas como saber se o uso proposto para uma dada palavra é o mesmo ou diferente do uso apontado pela definição? Uma interpretação só é possível a partir das regras definidas para um determinado contexto, são estas regras que nos fornecem parâmetros para tais avaliações. O uso correto de uma expressão depende do que a regras nos indicam como sendo certo ou errado, porém não podemos fundamentar a noção de regra sobre o comportamento isolado de um indivíduo, pois “tudo que ele faz é tão bom quanto qualquer outra coisa que ele possa fazer” [2]. É

exatamente a regra que nos habilita a valorar o que está sendo feito, mas ela por sua vez só se torna possível por ser reconhecível, mas para ser reconhecida ela precisa ser apreendida. Um indivíduo é convencido através da censura de suas ações, portanto como indicado por Winch, Wittgenstein afirma que outras pessoas avaliam num determinado contexto, se as ações, de um dado indivíduo, estão de acordo com uma ou mais regras. Desta forma não há como compor um padrão de comportamento essencialmente pessoal, uma vez que a sociedade humana relaciona-se por meio da apreensão de modelos, pois mesmo uma regra de conduta própria pressupõe a experiência de uma vida social. Assim, cometer um erro significa ir contra alguma convenção estabelecida, proceder de forma contrária ao que se era esperado de acordo com ela, despertando reações de outras pessoas, pois só o contato com outros indivíduos é que torna possível censurar as ações de alguém, assegurando a manutenção de um padrão de conduta estabelecido.

“A regra somente me parece, antecipadamente, produzir todas as suas conseqüências se as deduzo como algo natural (...)” [2]

“Seu comportamento só pertence a esta categoria se for possível a outrem perceber o que ela está fazendo, e ser arrastado por um sentido de consonância íntima para aquele lado como coisa natural.” [2]

Tendo isso em vista, critérios lógicos só fazem sentido a partir da função que desempenham dentro do contexto social, que por sua vez é governado por convenções. Tais critérios são dados, portanto, dentro de uma relação “interna”, entre idéias e contexto. Dessa forma, torna-se uma impossibilidade tentar encontrar uma idéia comum a todos os sistemas de idéias.

## Conclusão

Portanto, o objetivo da Filosofia vai mais além, problematizando sobre o sentido do real e buscando novos modos substantivos de considerá-lo. Entretanto, a partir disso, da maneira como uma e outra corrente consideram o real, podemos fazer uma primeira distinção entre: “a) uma *Filosofia Lingüística* ou *Filosofia da Linguagem Ordinária*, definindo-se como um método filosófico que considera a chave da análise dos problemas filosóficos como consistindo em um estudo de seus meios de expressão, vale dizer, a linguagem; b) uma *Filosofia da Linguagem* caracterizando-se pela análise da linguagem em uma perspectiva filosófica, pela investigação de temas como sentido e referência, verdade, predicação, sinonímia, etc., e sobretudo pela necessidade e importância da formulação de uma teoria do significado como elemento central da teoria da linguagem; c) uma *Filosofia* ou *epistemologia da lingüística*, que investigaria de um ponto de vista filosófico as questões metateóricas das diversas teorias lingüísticas, constituindo-se assim um ramo específico da Filosofia ou Epistemologia das Ciências.” [1]

Segundo Marcondes, nas investigações de antropólogos e lingüistas, a linguagem é compreendida como ação (embora provavelmente ela não se restrinja somente a isso), atos simbólicos específicos aplicados em um determinado contexto, devendo ser analisados a partir de suas funções e efeitos sociais, que por sua vez, são convencionados pelo contexto sócio-cultural. A linguagem não deve ser vista como uma “representação mental ou sistema formal”, mas como um modo de comportamento social, através do qual elucidamos o significado do que proferimos. A complexidade da linguagem impossibilita que a consideremos como um todo, o que nos leva a investigar “fragmentos da linguagem”, discursos, jogos de linguagem.

“Surgirá assim posteriormente o problema dos pressupostos sobre a realidade observável do uso lingüístico a um ideal abstraído desta realidade, envolvendo a questão da própria natureza do real: se considera determinante uma realidade empírica, observável fluída

– o desempenho, o uso lingüístico. A proposta de Chomsky de uma análise cognitiva da competência e o debate sobre a demarcação entre semântica e pragmática são representativos desta problemática.” [1]

A Filosofia da Linguagem não se trata de um estudo empírico da língua, mas da construção de uma teoria da linguagem a partir de uma análise, não do sentido de um trecho do discurso, mas da estrutura produtora da comunicação, preocupando-se primordialmente, não do significado lingüístico de um ato, mas como ele chega a significar dentro de um determinado contexto de discurso, descrever a forma como o sentido foi usado, fundamentando-se sobre uma “teoria do significado”, onde qualquer análise conceitual a pressupõe. Esta teoria mostra-se fundamental para que compreendamos as atividades humanas a partir do uso de uma das mais básicas formas de atividade social: a comunicação lingüística.

A linguagem e a experiência encontram-se, portanto, numa inter-relação, onde embora apreendamos a experiência, só fazemos porque a linguagem nos fornecer o instrumental para que possamos tornar experiência inteligível. Mas só possuímos a linguagem por meio da experiência apreendida do mundo das relações humanas. O aspecto desta interação torna a experiência e a linguagem um único e indistinto elemento.

Para Austin, de acordo com Marcondes, uma palavra jamais se afasta completamente de sua etimologia, ou seja, do emprego original dessa palavra, determinado pela ação de nomear as coisas. Mas o próprio nomear só tem sentido dentro de um contexto de regras, que por sua vez, só é estabelecido pela forma como nos relacionamos. Temos assim uma circularidade, nos relacionamos por meio de símbolos sensíveis para nos comunicar, porém o momento em que começamos a nos relacionar e o momento, a partir do qual, começamos a nos comunicar, por meio de símbolos sensíveis, são momentos indistintos.

Nascemos preparados para nos comunicarmos, com a capacidade de receber e interpretar estímulos sensíveis, a partir dos quais concebemos abstrações. É desta forma que assimilamos a linguagem, nos habilitamos a agir, convencendo e imputando responsabilidade por tais ações.

“A análise tradicional deste conceito distingue o movimento físico do corpo humano da ação propriamente dita, postulando a ocorrência anterior ou simultânea ao movimento físico de um evento mental a ele relacionado como sua causa, o qual seria chamado ‘intenção’, ‘vontade’, ‘decisão’ de praticar o ato em questão.” [1]

Porém, não podemos reduzir a ação a uma combinação de fenômenos físicos e psicológicos, como aponta a análise tradicional. Uma ação só se torna compreensível por meio das condições, das regras estabelecidas através das convenções sociais. Mas só nos damos conta destas convenções por meio, do contato com elas, da prática social que adquirimos, da educação, seja ela formal ou informal, exercendo diferentes papéis ao longo de nossas vidas. A linguagem, portanto, consiste também numa forma de ação política.

## Referências

- 1 - MARCONDES, D. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. 4.ed.
- 2 - WINCH, P. **A Idéia de uma Ciência Social**. V. 9. São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1970.